



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
NATTALYA MUNIR AMER

COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA –
AVANÇOS E RECUOS ENTRE O PERÍODO COLONIAL E O INÍCIO DOS ANOS
2000

Tubarão,
2021

NATTALYA MUNIR AMER

**COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL ENTRE BRASIL E ARGENTINA –
AVANÇOS E RECUOS ENTRE O PERÍODO COLONIAL E O INÍCIO DOS ANOS
2000**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Professor da disciplina: Luciano Daudt da Rocha, Dr.

Orientador: Luciano Daudt da Rocha, Dr.

Tubarão,

2021

RESUMO

O mercado comum do Sul (Mercosul) na atualidade é importante para a região pois acarreta a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, o que resulta na suspensão de restrições-tarifárias e barreiras alfandegárias. Porém, a sua criação se deu mediante a marginalização da América Latina dentro do sistema internacional, tendo como inspiração o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina em 1988. Neste prisma, o presente trabalho tem enquanto objetivo analisar de que forma os desentendimentos entre os dois países impactaram no processo de integração regional, por meio de uma análise histórica. Com relação ao delineamento da pesquisa, o atual estudo apresenta quanto ao método de pesquisa caráter dedutivo e monográfico, com caráter qualitativo, bibliográfico e documental. No capítulo dois, debate-se sobre a integração durante os séculos XX e XXI, mediante a análise do histórico entre Brasil e Argentina, até a chegada do momento estrutural para a integração. No terceiro capítulo, aborda-se acerca da elaboração do Mercosul, a partir do seu nascimento e dos fatos ocorridos no período compreendido entre 1998 a 2002. No capítulo quatro, discorre-se acerca da parceria Brasil-Argentina no século XXI, abordando a crise econômica da Argentina de 2002 e seus impactos, as parcerias entre os governos Kirchner e Lula, bem como a parceria a partir do ano de 2015. Conclui-se que, no que diz respeito ao Brasil e Argentina, principalmente a partir dos anos 2000, verifica-se que os interesses e as concepções de autonomia e universalismo, a busca pelo fim do unilateralismo e o fortalecimento do multilateralismo tornaram crescentes as dificuldades para a integração. Assim sendo, tem-se que a integração entre os países tem se demonstrado benéfica para ambos, porém não deve se confundir com a volta de práticas protecionistas, como verifica-se ter ocorrido ao longo da história. Deve-se, portanto, ter a relação Brasil e Argentina enquanto um dos temas prioritários na agenda diplomática e econômica do Brasil, independentemente do governo atual.

Palavras-chave: Mercosul. Integração. Brasil. Argentina.

ABSTRACT

The common market in the South (Mercosur) is currently important for the region as it entails the free circulation of goods, services and productive factors between countries, which results in the suspension of tariff restrictions and customs barriers. However, its creation took place through the marginalization of Latin America within the international system, having as inspiration the Treaty of Integration, Cooperation and Development Brazil-Argentina in 1988. In this perspective, the present work aims to analyze how the disagreements between the two countries had an impact on the regional integration process, through a historical analysis. Regarding the research design, the current study presents, as to the research method, a deductive and monographic character, with a qualitative, bibliographical and documentary character. In chapter two, we discuss integration during the 20th and 21st centuries, through an analysis of the history between Brazil and Argentina, until the arrival of the structural moment for integration. In the third chapter, the elaboration of Mercosur is discussed, from its birth and the facts that occurred in the period between 1998 and 2002. In chapter four, it is discussed about the Brazil-Argentina partnership in the 21st century, addressing the crisis 2002 and its impacts, the partnerships between the Kirchner and Lula governments, as well as the partnership from the year 2015. It is concluded that, with regard to Brazil and Argentina, mainly from the 2000s onwards it appears that the interests and conceptions of autonomy and universalism, the search for an end to unilateralism and the strengthening of multilateralism have increased the difficulties for integration. Therefore, the integration between the countries has been shown to be beneficial for both, but it should not be confused with the return of protectionist practices, as verified to have occurred throughout history. Therefore, the relationship between Brazil and Argentina must be considered one of the priority themes on Brazil's diplomatic and economic agenda, regardless of the current government.

Keywords: Mercosur. Integration. Brazil. Argentina.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Território do Rio da prata (1851-1852).....	7
Figura 2 - Representação dos avanços e recuos na relação de integração regional Brasil-Argentina.	18
Figura 3 - Tribuna da Imprensa noticia em 1991 a criação do Mercosul.....	20
Figura 4 – Desempenho comercial do MERCOSUL (1991-1998).....	22
Figura 5 – Tabela demonstrativa do passo a passo da integração econômica.....	23
Figura 6 - Representatividade do Mercosul para empregos e produção.....	33
Figura 7 – Dez principais destinos das exportações do Brasil em 2000, 2010 e 2019.....	34
Figura 8 – Dez principais origens das importações do Brasil em 2000, 2010 e 2019.....	35

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2. DEBATES SOBRE A INTEGRAÇÃO NOS SÉCULOS XX E XXI	11
2.1 HISTÓRICO ENTRE BRASIL E ARGENTINA.....	11
2.2 MOMENTO ESTRUTURAL PARA COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO	16
3. A ELABORAÇÃO DO MERCOSUL	19
3.1 O NASCIMENTO DO MERCOSUL	19
3.2 O PERÍODO ENTRE 1998 A 2002	23
4. A PARCERIA BRASIL-ARGENTINA NO SÉCULO XXI	26
4.1 A CRISE ECONÔMICA DA ARGENTINA DE 2001/2002 E SEUS IMPACTOS.....	26
4.2 A PARCERIA ENTRE OS GOVERNOS KIRCHNER E LULA	27
4.3 A PARCERIA A PARTIR DE 2015	31
5. CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

O mercado comum do Sul (Mercosul), hoje assume o caráter de União Aduaneira, a formação desse bloco é importante para a região pois acarreta a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, o que resulta na suspensão de restrições-tarifárias e barreiras alfandegárias.

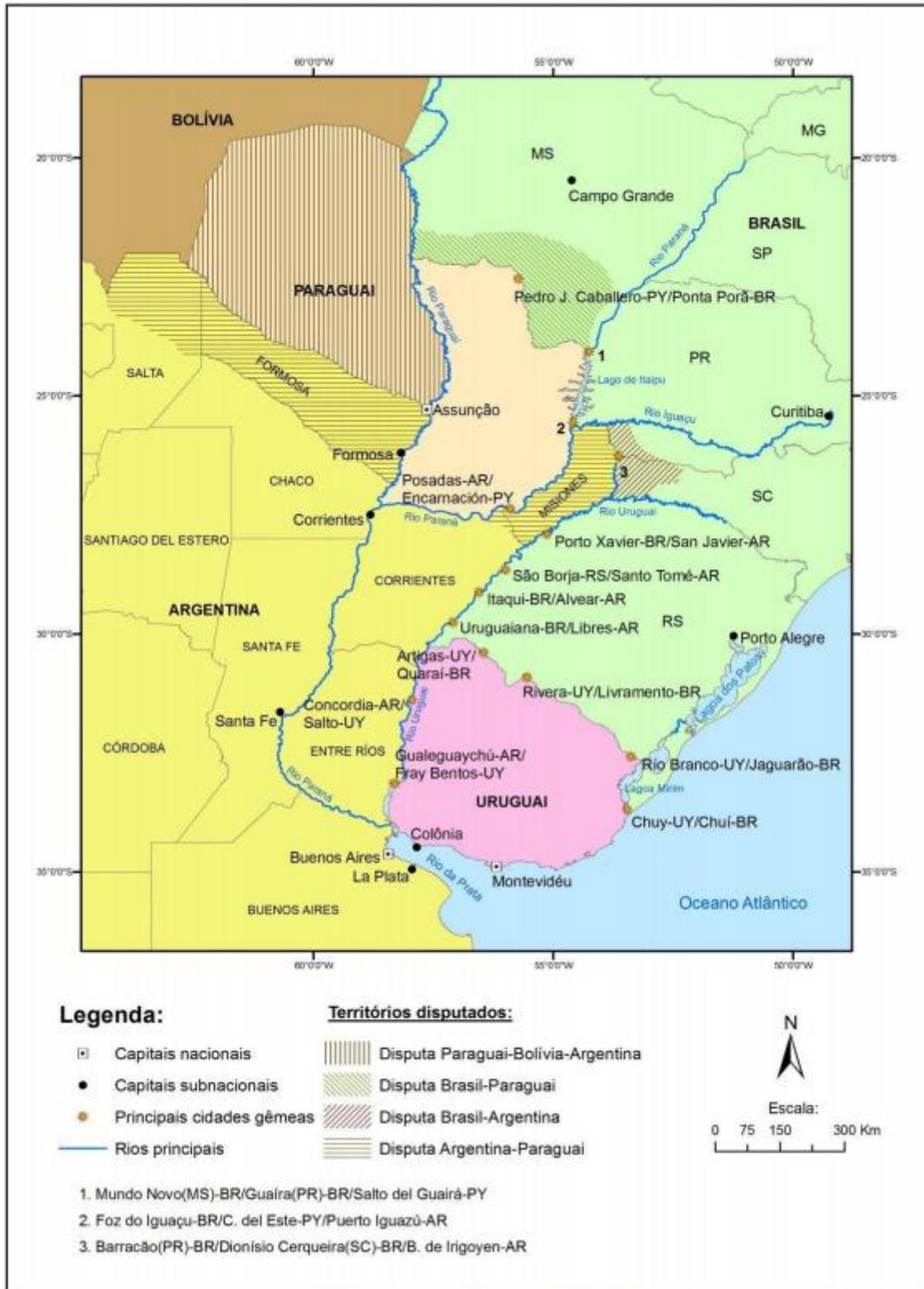
O bloco foi criado por conta das discussões e vontade de constituir um mercado econômico regional para a América Latina. O Brasil e Argentina já tinham assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento em 1988, que ficou estabelecido um mercado comum onde outros países também poderiam se unir, e em 1991 o Uruguai e Paraguai também aderiram a ideia e assinaram o Tratado de Assunção que deu origem ao Mercado Comum do Sul, que visava uma aliança comercial, buscando deixar para trás os desentendimentos.

A relação político-histórico entre Brasil e Argentina sempre foi conturbada, podemos dizer que desde a independência de ambos os países os desentendimentos acontecem. No período de independência dos países, as fronteiras ainda eram incertas e ocorreu uma disputa entre brasileiros e argentinos, que acabaram se envolvendo na Guerra da Cisplatina (1825-1828), no que resultou na independência do Uruguai.

De agosto de 1851 até fevereiro de 1852, houve uma disputa entre Argentina, Uruguai, Bolívia e Brasil onde lutavam pela hegemonia na região do Rio da prata. A guerra aconteceu no Uruguai, Rio da Prata e nordeste argentino. Os governos brasileiro e argentino queriam ter o Uruguai dentro de sua influência e para isso apoiavam grupos rivais naquele país. O conflito, no qual o Brasil e seus aliados alcançaram a vitória, teve seu início por motivos políticos, mas segundo Carneiro Filho (2014) as rivalidades entre os países persistiram por questões como: disputas fronteiriças, liberdade de navegação, rixas políticas e históricas (p.61). O Império do Brasil alcançou a hegemonia na região do Prata o que acabou gerando estabilidade política e econômica, mas nos outros países da região a instabilidade e disputas internas ainda eram constantes.

A figura a seguir mostra os territórios disputados por Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai no território do Rio da Prata:

Figura 1 - Território do Rio da Prata (1851-1852)



Autor: Camilo Pereira Carneiro Filho, 2014.

Após o final do século XIX os governantes delinearão uma aproximação depois da proclamação da República no Brasil. Existe uma busca de cooperação, mas com momentos de rivalidade evidente. A rivalidade entre Brasil e Argentina fazia parte de uma relação assimétrica, que tinha suas raízes dos antagonismos coloniais (VISENTINI, 2015).

O século XX foi marcado por guerras, primeira e segunda guerra mundial e também pela ditadura militar. O Brasil estava passando por um momento difícil, o período de redemocratização pós ditadura militar se deu numa situação adversa do ponto de vista diplomático e econômico. E segundo Visentini (2015, p. 35) quanto mais aumentavam as chances de atuação do Brasil no âmbito internacional “[...] mais a América do Sul foi valorizada como alternativa estratégica, tendo seu eixo centrado na cooperação e integração com a Argentina, que vivia problemas semelhantes aos do Brasil”.

É de grande relevância o fato de que nos anos 80 a relação com o Brasil se encaixou na categoria de “política de Estado”. Segundo Candéas (2010) apesar de rupturas com outros governos, a integração com o Brasil se manteve em constante continuidade, o que levou a relação para um perfil cada vez mais estrutural (p.20).

Em 1985, foi estabelecida uma comissão para estudar a integração desses países e 1986 foi assinada a Ata para Integração e Cooperação Econômica, que previa o aumento e diversificação das trocas comerciais (VISENTINI, 2015).

O que incentivou os países a iniciarem uma cooperação, foi a marginalização da América Latina dentro do sistema internacional, em 1988 foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento Brasil-Argentina, que de acordo com Visentini (2015) “previa o estabelecimento de um Mercado Comum entre os dois países num prazo de dez anos”. (p.35)

O tratado acabou guiando o caminho para a criação do Mercosul em 1991, que tinha um objetivo abrangente, que era redimensionar a inserção internacional dos países da região.

Sendo assim, os desentendimentos entre Brasil e Argentina vêm ocorrendo há vários anos e tem repercussão mundial, a disputa entre esses países passou por várias fases e o objetivo dessa pesquisa é mostrar a evolução histórica e o que foi feito para que esses desentendimentos tivessem fim e com isso vou responder a seguinte pergunta: **como as relações históricas entre Brasil e Argentina têm impactado no processo de integração regional entre os dois?**

Esta pesquisa se justifica por contribuir para o esclarecimento sobre os desentendimentos ocorridos entre Brasil e Argentina com ênfase no seu histórico e experiências de integração latino-americanas.

No desenvolvimento da pesquisa, muitos temas da área de Relações Internacionais estarão envolvidos, o que irá possibilitar ter uma melhor compreensão sobre o histórico de integração e cooperação entre Brasil e Argentina.

Para a sociedade, esse estudo é importante pois muitas pessoas só veem o que é exposto na mídia e acham que a rivalidade entre os dois países é apenas no futebol, mas ele é necessário para entender a origem dos desentendimentos e como isso refletiu em cada país.

Para a Unisul e para o curso de Relações Internacionais é de suma importância a ampliação de estudos neste tema, pois possibilita uma gama de maiores conhecimentos específicos relacionados a área de economia, comércio e diplomacia na América Latina.

No que se refere a motivação da pesquisa, é um tema de inteligência cultural, onde será possível entender e analisar os fatos históricos que levaram a cooperação entre os dois países como é hoje, além de poder ter uma visão ampla do aspecto cultural, econômico e político dos países estudados.

Enquanto objetivo geral, tem-se analisar de que forma os desentendimentos entre os dois países impactaram no processo de integração regional. Por sua vez, os objetivos específicos são debater historicamente as relações Brasil X Argentina; entender a elaboração do Mercosul; bem como identificar como os desentendimentos entre os dois países ao longo da história impactaram no processo de integração entre eles.

Com relação ao delineamento da pesquisa, o atual estudo apresenta quanto ao método de pesquisa caráter dedutivo e monográfico. Referente aos seus objetivos, como descritiva, onde trata-se de muitos conceitos mediante a análise do contexto histórico e averiguar quais foram as ações feitas entre os países estudados para enfrentar essa situação.

No que diz respeito a abordagem do problema, esta pesquisa possui caráter qualitativo, e quanto aos procedimentos empregados na coleta de dados, este estudo possui caráter bibliográfico e documental, utilizando com fonte de pesquisa obras bibliográficas, artigos científicos disponíveis em bases de dados de páginas oficial da internet ou assinadas pela Unisul Universidade do Sul de Santa Catarina.

No segundo capítulo, realiza-se o debate sobre a integração durante os séculos XX e XXI, mediante a análise do histórico entre Brasil e Argentina, até a chegada do momento estrutural para a integração. No terceiro capítulo, aborda-se acerca da elaboração do Mercosul, a partir do seu nascimento e dos fatos ocorridos no período compreendido entre 1998 a 2002. No capítulo quatro, discorre-se acerca da parceria Brasil-Argentina no século XXI, abordando

a crise econômica da Argentina de 2002 e seus impactos, as parcerias entre os governos Kirchner e Lula, bem como a parceria a partir do ano de 2015.

2. DEBATES SOBRE A INTEGRAÇÃO NOS SÉCULOS XX E XXI

Para melhor compreensão do processo de integração, inicia-se o capítulo mediante a definição dos seus conceitos.

A integração se trata de um processo no qual os atores, até então independentes, se unificam com o objetivo de tornarem-se parte de um todo. A integração regional, por sua vez, envolve os conceitos de integração e região, a qual define-se por critérios econômicos, socioculturais, político-institucionais, climáticos, entre outras, remetendo a uma localidade territorial com estas características (SANTOS, 2013, p. 11).

Neste sentido, Santos define a integração regional como “[...] um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência entre os atores, levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional” (SANTOS, 2013, p. 11).

Herz e Hoffmann (2004, p. 170) apontam que a integração regional pode ir além do campo econômico, podendo englobar a área político-institucional, sociocultural, econômica, entre outras.

A partir disto, discorre-se acerca do histórico entre Brasil e Argentina.

2.1 HISTÓRICO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

A integração entre Brasil e Argentina sempre foi polemica e iniciou-se com certa instabilidade estrutural no século XIX e se desenvolveu rumo a estabilidade estrutural pela integração em meados do século XXI (CANDEAS, 2005, p. 2)

A integração regional tem várias definições, pois pode ser intensidade econômica, política ou social. De acordo com Santos (2017):

O cientista político Karl Deutsch define que a obtenção, em determinado território, de um sentido de comunidade e de instituições de práticas fortes, suficientemente difundidas para assegurar as expectativas de mudança pacífica para as populações envolvidas (BATTISTELLA, 2014).

Foi na Guerra Cisplatina (1825-1828) que o Brasil defendeu seus interesses com alusiva autonomia. O Brasil adotou uma postura de neutralidade paciente, é nesse momento que se caracteriza a política externa brasileira propriamente dita. (VISENTINI, 2015, p. 23). A Argentina saiu derrotada tanto no âmbito econômico como no político, o Uruguai conquista a

sua independência. E de acordo com Candeas (2005, p. 5) foi a partir desse momento que nasce um dos mitos argentinos de ‘nação amputada’ do território que supostamente seria de seu direito.

Os interesses políticos, econômicos e diplomáticos levaram o Brasil a desencadear uma série de ações naquela região, que já estava em conflito pois a Guerra do Paraguai, ou como também é conhecida a Guerra da Tríplice Aliança - Brasil, Argentina e Uruguai conta o Paraguai. Visentini (2015) diz que com o fim da guerra se alterou profundamente a situação nacional, regional e mundial. Com a transição do escravismo para o trabalho assalariado e o declínio da monarquia, trouxe consequências negativas para a política externa (p.24).

Com o fim da Guerra do Paraguai a Argentina se fortalece com foco em sua expansão econômica e essa arrancada segundo Visentini (2015, p. 24) se desencadeou devido à rearticulação da economia mundial com o início da Revolução Industrial.

Apesar de estar se desenvolvendo mais lentamente o Brasil aliava-se a novos parceiros. Com o foco na economia primário-exploradora foi notada a necessidade do país se modernizar para poder e atender todas as demandas (VISENTINI, 2015, p. 25).

A presença britânica era dominante no comércio, empréstimos e investimentos e de 1890 até 1914 a Argentina ocupou o primeiro lugar como destino de investimentos ingleses, ao contrário do Brasil que segundo Candeas (2005, p. 11) o intercâmbio comercial com o país “[...] era pouco expressivo, tanto pelo perfil semelhante de produção agrícola quanto pelo desvio comercial forçado pelo protecionismo norte-americano [...]”.

Durante muito tempo a política externa Argentina foi definida como nacionalista, obstrutiva e etnocêntrica e de acordo com Candeas (2005, p. 68) esse comportamento se tornou um obstáculo visível para a política de boa vizinhança e a solidariedade interamericana. A Argentina não concordava com a Doutrina Monroe que se for resumida em uma frase é: “América é para os americanos” e isso levou ao boicote da Primeira Conferência Panamericana (1889-1990) onde o chanceler Roque Sáenz Peña declarou “América é para humanidade. A objeção argentina impediu o projeto de união aduaneira continental, fazendo com que o embrião da Alca (Área de livre comércio das Américas) fosse revogado (CANDEAS, 2005, p.11).

O fim do regime monárquico, em 1889, possibilitou a aproximação do Brasil com seus vizinhos continentais, mas a Primeira República registrou muitos altos e baixos entre Brasil e Argentina, e segundo Pinheiro (2012, p.144) a tensão começou a aumentar entre os países

devido a rivalidade entre o Ministro das Relações Exteriores argentino e a gestão do Rio Branco do Itamaraty entre 1902 e 1912.

Desde 1902, o projeto de Rio Branco era buscar prestígio no âmbito internacional e afirmar a projeção continental do Brasil. O “Tratado de cordial inteligência política e de arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil, a República do Chile e a República da Argentina”, foi apresentado por ele em fevereiro de 1909 e teve como seu antecessor uma proposta elaborada no Chile em 1907 (Heinsfeld, 2012).

Rio Branco achava que um acordo entre Brasil, Argentina e Chile seria conveniente no caso de ocorrer uma revolta entre os países limítrofes. Com a possibilidade de também ocorrer disputas internas em qualquer dos países, esse acordo também seria útil para impedir a vinda de revolucionários de outros países (Heinsfeld, 2012).

A proposta de 1907 foi redigida pelo Ministro das relações Exteriores chilenas Purga Borne e o Ministro argentino Lorenzo Anadón. Heinsfeld (2012, p.14) diz que o objetivo do tratado era “uma aliança militar defensiva, em caso de agressão externa não provocada, a equivalência das forças navais e a proibição de assumir compromissos com outros países sem conhecimento dos parceiros”.

Com a volta de Zeballos para o comando de negócios internacionais argentinos, as tensões com o Brasil retomam intensidade, pois ele era o “inimigo” de Rio Branco, por conta do conflito entre Brasil e Argentina, de 1890-1895, pelo território “de Palmas”, que atualmente é a região oeste de Santa Catarina e Paraná e segundo Salomão e Fernandes (2015, p. 8) o que inviabilizou a constituição do tratado foi a rivalidade entre Brasil e Argentina, mas isso não fez com que os países desistissem de criar uma aliança cooperativa.

A proposta entre Brasil, Argentina e Chile em 1915 não ressurgiu da mesma maneira como foi em 1907, onde havia uma necessidade de equilíbrio de poder, mas sim de uma aproximação afetiva entre os três países (SALOMÃO; FERNANDES 2015).

Em 25 de maio de 1915, os três países assinaram o Tratado de Não-Agressão, Consulta e Arbitragem, também denominado Tratado do ABC. Esse tratado foi de fato um “Tratado Pacifista”, que segundo Salomão e Fernandes (2015, p 10) “previa soluções amigáveis para eventuais questões que surgissem entre os signatários, ao invés de uma entente de fato, ou ações políticas dirigidas conjuntamente para a região.

Com constantes flutuações no padrão de relacionamento entre os dois países, as primeiras décadas do século XX não teve relatos de desentendimentos mais graves. Mas, dentro

da corporação diplomática havia quem defendesse a promoção de uma aproximação do Brasil com seus vizinhos continentais. (PINHEIRO, 2012 p. 145)

Com a chegada da crise financeira internacional em 1929, foi necessário realizar uma retratação do comércio internacional, provocando ações de política protecionista e de acordo com Pinheiro (2012, p.145) o impacto foi devido à crise econômica somada a crise do Estado liberal, iniciada com a vitória bolchevique na Rússia e foi “[...]agravada pela ascensão do fascismo na Itália e nazismo na Alemanha [...]”.

A crise de 29 foi desastrosa para o âmbito político e econômico para o Brasil e Argentina. Os países da América Latina começaram a ver o segmento de exportação se reprimirem e isso resultou na diminuição das reservas para o financiamento das importações. Para o Brasil, o principal produto de exportação era o café, responsável por 70% de toda a receita de exportação do país, o impacto da crise foi brutal. (PINHEIRO 2012, p. 146).

A crise refletiu na Argentina como um golpe quase mortal em relação ao setor agroexportador, pois o Reino Unido adotou o sistema de preferência imperial e segundo Pinheiro (2012, p. 13) com a restrição das exportações, o colapso de preços dos commodities e a suspensão do fluxo de capitais, inviabilizaram a continuidade do esquema que sustentava a prosperidade do país.

Com o resultado da crise e com a aproximação da União Soviética com o Brasil sendo descartada, restou poucas opções: negociar com os EUA, Alemanha ou, com os vizinhos continentais ativar o comércio intrarregional. A decisão brasileira foi as duas primeiras opções, sendo que a terceira opção, seus vizinhos continentais, não tinham um bom relacionamento. (PINHEIRO, 2012 p. 148)

Os argentinos persistiram em permanecer alinhada a uma potência que estava em declínio – Reino Unido – pois eles acreditavam após a Grande Depressão, tudo voltaria ao normal. Segundo Candeas (2005, p. 14) eles não viam com clareza que a Europa estava em decadência e em especial a Grã Bretanha. Com isso, perderam a chance de atualizar a sua política econômica e agregar valor aos seus produtos primários.

Mesmo estando frágeis politicamente, a gestão de Agustín Justo (1932-1938) retrata um momento muito importante de aproximação com o Brasil que segundo Candeas (2005, p. 14) “[...] mostra que a relação bilateral segue curso à parte [...]”. Justo visita o Brasil em 1933 e nessa mesma ocasião, o Tratado Antibélico de Não-Agressão e Conciliação é assinado, junto com convênios sobre comércio, navegação e intercâmbio comercial e turístico. Os países que

assinaram foram: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, e pela primeira vez é diversificada a agenda bilateral.

Getúlio Vargas chegou ao poder com a revolução de 1930, e seu projeto varguista de desenvolvimento, que visava utilizar a política externa como estratégia para conseguir alcançar a industrialização do país. Entretanto, como o processo de desenvolvimento ainda estava no início e as possibilidades ofertadas pelo sistema internacional eram escassas, isso limitou o alcance da inovação desejada por Vargas (VISENTINI, 2015, p.27).

Na década de 30, o Brasil assumiu um importante papel de mediador, na questão de Letícia (1932-1934) entre Colômbia e Peru, e na Guerra do Chaco (1932-1935) entre Bolívia e Paraguai. Segundo Visentini (2015, p. 27) o presidente Getúlio Vargas teve participação na construção das soluções que foram bem sucedidas, junto com os Chanceleres Afrânio de Mello Franco e José Carlos de Macedo Soares.

Nas Conferências Panamericanas de Panamá (1939) e Havana (1949), a Argentina se opôs a ruptura com países do eixo e lutou para que a Conferência do Rio de Janeiro em 1942 apenas recomendasse o rompimento. Segundo Candeas (2005, p.15) a neutralidade argentina na Segunda Guerra teve várias formas de interpretação: “[...] pacifismo, não-ingerência, apoio subliminar ao eixo ou interesse em comércio com os beligerantes [...]”. A Argentina retomou a posição que foi adotada na Primeira Guerra, a de país isolado do continente.

A vitória de Perón nas eleições de 1946 na Argentina obteve apoio de outros partidos, grupos sindicais e Forças Armadas. A crença de que iria eclodir uma terceira Guerra Mundial entre Estados Unidos e União Soviética foi o que determinou a política econômica e diplomacia de Peron nos anos 40. Candeas (2005) o país estava adotando posições complexas, como retomar relações com a URSS, mas rejeitar o comunismo; abster-se na votação da resolução *Uniting for Peace* (ONU), almejava o protagonismo latino-americano (p. 17).

Perón adotou uma atitude positiva em relação ao Brasil, pois queria a reedição do Pacto do ABC (Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem), acordo entre Argentina Brasil e Chile para formar uma cooperação exterior e não agressão e arbitragem. Getúlio Vargas simpatizou com a ideia, mas optou por não aderir ao novo ABC e Candeas (2005, p.18) fala que o presidente da Argentina acusou o Itamaraty de “instituição supragovernamental” vinculada a “política imperial de zonas de influência”.

No ano de 1958 foi criado um Grupo de Cooperação Industrial Brasil-Argentina, com o intuito de estimular a circulação de bens manufaturados e em 1961, Jânio Quadros e Frondizi

(presidente da Argentina), assinam o Convênio de Amizade e Consulta, com a intenção de estabelecer um sistema de trocas de informações. Segundo Candeas (2005, p. 20) “[...]aproximação com a Argentina era uma das diretrizes da Política Externa Independente do período Quadros – Goulart [...]”.

No ano de 1966 Brasil e Paraguai firmam a “Ata das Cataratas” ou “Ata do Iguaçu” que foi como uma semente para em 1973 o Tratado de Itaipu ser assinado e mais tarde vir ser a maior usina hidrelétrica do planeta. A Argentina reage e se diz contra a construção de represas em rios internacionais de curso sucessivo, o Brasil se defende utilizando a tese da soberania nacional sobre recursos naturais. (CANDEAS, 2005).

Em 1976 foi proclamado na Argentina “Processo de Reorganização Nacional, esse foi o nome dado para o período de ditadura militar no país. Esse foi um período onde fecharam-se jornais, líderes políticos foram presos e torturados. O aumento da dívida externa, desemprego e desindustrialização foram o resultado da ditadura (CANDEAS, 2005).

No período dos regimes militares os desentendimentos de Itaipu e questões nucleares ainda eram pauta, a Argentina sempre aplicava estratégias multilaterais, o presidente argentino Perón até propôs a exploração simultânea de recursos naturais da região, mas de acordo com Candeas (2005) a fragilidade na política interna inviabilizou a coordenação com o Brasil (p. 23).

As tensões foram encerradas de maneira definitiva em 1979, com a assinatura do Acordo Tripartite de Cooperação Técnico-Operativa pelos chanceleres de Brasil, Argentina e Paraguai, que harmonizou os projetos de Itaipu e Corpus. A Argentina tinha hipóteses de conflitos com o Brasil, e mesmo assim decidiu aprimorar os laços com o país e isso demonstrou que esses laços tem dinâmica própria, e não são subordinados a sustentabilidade política interna ou ao contexto global e que tudo dependeu da visão estratégicas dos governos e chancelarias (CANDEAS, 2005).

2.2 MOMENTO ESTRUTURAL PARA COOPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO

Até o ano de 1970 as aproximações entre os dois países tiveram pouca sustentabilidade, mas começaram a se intensificar a partir de 1979. A década de 80 foi marcada por alguns momentos de bons relacionamentos, que corresponderam a assinatura de alguns

tratados, mas foi a partir do Acordo Tripartite (1979) que o relacionamento consegue se elevar a um patamar estável de cooperação (CANDEAS, 2010).

O fato de que desde os anos de 1980 a relação entre os dois países se engaja mais na categoria de “política Estado”, e os interesses nacionais argentinos se tornando permanentes mostram que a integração com o Brasil, mesmo com suas rupturas e desentendimentos, nos confere que a relação bilateral está tomando cada vez mais um caráter estrutural para cooperação e integração (CANDEAS, 2010).

Com a redemocratização brasileira, em 1985, avanços históricos na relação com Argentina, lançando o início de uma “cultura de amizade e integração, e segundo Candeads (2010, p. 26) isso elevou ainda mais o patamar da relação bilateral, e mais uma vez de uma forma irreversível. Ainda em 85, os presidentes Sarney e Raúl Alfonsín assinam documentos importantes para a edificação da estabilidade estrutural: a Declaração do Iguazu e a Declaração Conjunta sobre Política Nuclear – vocação pacífica dos projetos nucleares.

O anexo a seguir vai mostrar a evolução da relação Brasil-Argentina desde o período colonial até os anos 2000:

Figura 2: Representação dos avanços e recuos na relação de integração regional Brasil-Argentina.



Fonte: Revista Brasileira de Política Internacional.

Ao analisar o gráfico, é possível destacar o fato de que a integração vem se aprofundando diante de vários governos, crises econômicas e institucionais, períodos de superinflação, variações cambiais, crescimento e estagnação, contra os cenários diferentes como, Guerra fria, Pós Guerra Fria e globalização. Candeads (2010) afirma que se o interesse mútuo na integração não fosse poderoso e relativamente autônomo, o aprofundamento da relação bilateral não teria passado e sobrevivido por tantas turbulências (p.21).

No de 1986 Raúl e Sarney assinam a Ata para a Integração Brasileiro-Argentina e criam a Comissão de Execução do Programa de Integração binacional, o relacionamento entre os

países já era estrutural desde o fim dos governos militares, começar a evoluir da cooperação para a integração. A partir desse momento, procura-se estender o processo de integração para outros países da América do Sul, começando pelo Cone Sul. (CANDEAS, 2005).

Os presidentes Menem e Collor assinaram em 1990 a “Ata de Buenos Aires”, que previa a conformação do espaço comum em cinco anos, reduzindo para 1995 o prazo anterior era 1998 previsto pelo Tratado de Integração de 1988. Essa foi a primeira fase do Mercosul. (CANDEAS, 2005).

3. A ELABORAÇÃO DO MERCOSUL

Com as primeiras ações da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL no final dos anos 80, a América Latina começou a ter perspectivas de alcançar um alto patamar de desenvolvimento. Durante esse período muitas tentativas de integração regional foram procuradas, e segundo Costa (2013, p. 191) sem obter grandes progressos no avanço socioeconômico dos países latino-americanos.

A relação entre Brasil e Argentina é um dos grandes indicadores de erros e acertos em processos de integração na América do Sul. Costa (2013) menciona que a relações destes países e suas associações com grandes potências foi o que estabeleceu a formação e desenvolvimento nacional e regional.

3.1 O NASCIMENTO DO MERCOSUL

A aproximação entre Brasil e Argentina se constituía de Normas Internacionais, ou seja, em termos de tomada de decisão eram operacionalizadas pelas respectivas estruturas dos dois Estados. Isso até 1990, quando a Ata de Buenos Aires criou o Grupo Mercado Comum e ganhou a tarefa de criar um projeto para criação de um Mercado Comum. O Tratado de Assunção (1991) definiu uma estrutura institucional provisória com um Conselho Mercado Comum (CMC), Grupo Mercado Comum (GMC) e uma Secretaria Administrativa (COSTA, 2013).

A criação do MERCOSUL representa um importante marco na história da América do Sul.

Figura 3: Tribuna da Imprensa noticia em 1991 a criação do Mercosul

Tratado de Assunção dá partida no Mercosul

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai: livre comércio

Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmarão hoje em Assunção um documento anunciado como a criação de um Mercado Comum do Cone-Sul, mas que na realidade apenas aprofunda - por enquanto - uma zona de livre comércio e enumera as boas intenções para avançar até o Mercosul.

O Tratado de Assunção, que será assinado por Fernando Collor de Mello, Carlos Menem, Andrés Rodríguez e Luiz Lacalle, deve criar - segundo seu texto - um espaço para o livre trânsito de mercadorias, trabalhadores e capitais a partir de 1995, junto com uma união aduaneira e política macroeconômicas coordenadas.

Ambicioso programa que põe como objetivos para estes hiperinflacionários, endividados e deficitários países alcançar em 45 as metas que só conseguiu, após muitos anos, o Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo).

Entretanto - e apesar da complexidade que demandaria um período de transição tão curto para metas tão amplas - a "partida de nascimento" do Mercosul apenas fixa as pautas, prazos e metas

MERCADO DO CONE SUL



Armando Santos

parciais no que diz respeito a sucessivas reduções de barreiras alfandegárias e listas de insenções.

Nada há neles sobre como avançarão os associados para unificar suas políticas comerciais com relação a terceiros países.

Menos ainda sobre as tendências macroeconômicas e fiscais em uma área onde as comunicações, a inflação anual de três e quatro dígitos e as bruscas guinadas econômicas - para não falar das políticas-institucionais - são moeda corrente.

Fonte: Agência Senado, 2021.

O Tratado de Assunção, mediante a criação do Mercosul, foi vislumbrado pelo governo brasileiro enquanto um

[...] avanço sem precedentes na história da integração econômica da América Latina. Sua implementação contribuirá para racionalizar e modernizar as estruturas produtivas dos quatro países, para estimular novos investimentos e promover uma inserção mais competitiva das quatro economias no mercado internacional (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Sendo o propósito inicial do Tratado de Assunção o estabelecimento do Mercado Comum do Sul até 31 de dezembro de 1994, foram traçadas como metas:

- Eliminação dos direitos alfandegários e das restrições não tarifárias à circulação das mercadorias, com o intuito de promover a livre-circulação dos bens, serviços e fatores produtivos entre os países-membros;
- Instituição de uma Tarifa Externa Comum (TEC), a adoção de uma política comercial comum em relação ao resto do mundo e também coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- Coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais dos países-membros, para, assim, garantir adequadas condições de concorrência;
- Harmonização das legislações, nas áreas pertinentes, para fortalecer o processo de integração (TRATADO, 1991).

O Protocolo de Ouro Preto (1995) estabelece a estrutura institucional do Mercosul e lhe outorga a personalidade jurídica internacional. Inicia-se a fase da União Aduaneira (CANDEAS, 2005, p. 29).

A evolução do Mercosul pode ser dividida em dois períodos, o de “transição” (1991-1994) e a partir de 1995, como a de União Aduaneira. A meta sempre foi essa, criar uma união aduaneira e não um mercado comum e segundo Baumann (2001 p.26) “assim temas como serviços, circulação de mão-de-obra e capital, bem como a transição macroeconômica seriam deixados para uma etapa posterior”.

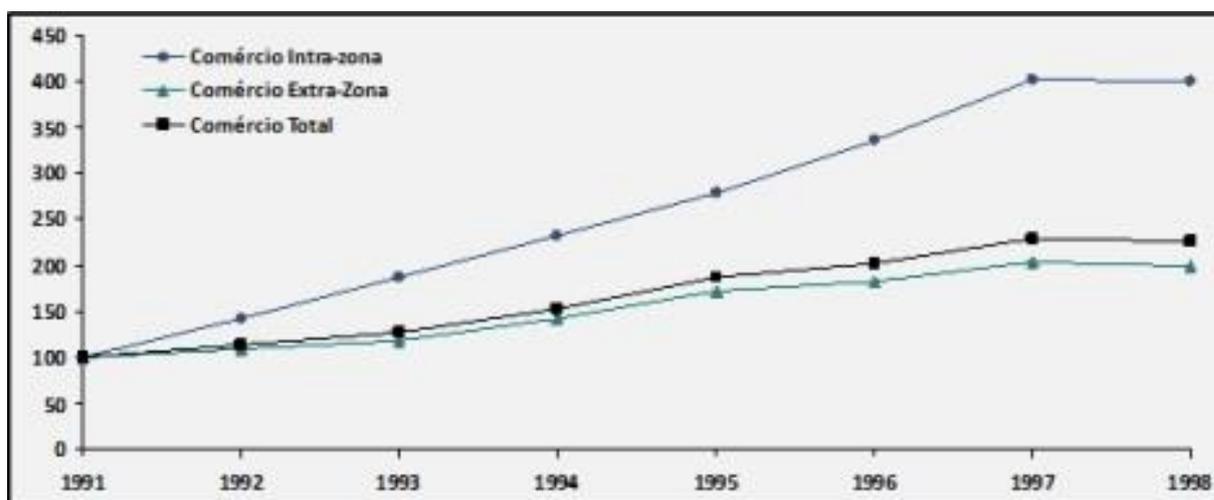
O período de transição pode ser dividido em três fases, a primeira até julho (1992) “Cronograma de Las Leñas”, com uma lista de tarefas para essa transição; a segunda até janeiro (1994), quando os países apresentaram a meta para a constituição de uma união aduaneira e a terceira até o final de 1994 que serviu de preparação para o término desse período. (BAUMANN, 2001).

Para Baumann (2001, p. 27) o processo foi “certamente estimulado pelos resultados positivos e expressivos associados ao Plano Real brasileiro e as consequentes expectativas positivas geradas na Argentina.

Entre 1991 e 1994 o comércio intrabloco cresceu um percentual médio de 30%, enquanto o extrabloco cresceu em média 10%, demonstrando o crescimento substancial do fluxo de comércio intrarregional (PAMPLONA, FONSECA, 2008, p. 11).

O gráfico abaixo demonstra os dados obtidos na pesquisa

Figura 4 – Desempenho comercial do MERCOSUL (1991-1998)



Fonte: PAMPLONA, FONSECA, 2008, p. 12.

Em agosto de 1994 o acordo de Tarifa Externa Comum em troca de concessões comerciais de caráter temporário foi assinado e englobava segundo Baumann (2001), “aceitação do regime automotivo argentino; entendimento sobre a admissão dos bens produzidos na Zona Franca de Manaus; maior número de exceções ao Paraguai”.

Silva et al. (2017, p. 4) aponta que a tentativa de aproximação entre os países era feita de maneira cautelosa, em virtude da rivalidade política existente há muitas décadas, somada a dívida externa e a economia associada com altas taxas de inflação. Dada a importância dos Estados brasileiros e argentinos para a criação do MERCOSUL, há também o reconhecimento da relevância dos países para o desenvolvimento do bloco e para as diferenças existentes entre os membros, uma vez que o Brasil e a Argentina são potências regionais e conseqüentemente econômicas.

Os países constituintes do Mercosul de fato tiveram um aumento no crescimento do comércio entre eles desde 1990. Entre os anos de 90 e 98 as exportações entre os quatro países (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) mais do que quintuplicaram passando de US\$ 4 bilhões para US\$ 21 bilhões (BAUMANN, 2001).

Baumann (2001) cita que “outro avanço importante, fruto da experiência com a integração, é o aprendizado dos negociadores internacionais dos países envolvidos, [...]há ganhos mais expressivos quando se é feito de forma conjunta do que isoladamente (p. 41).

Figura 5 – Tabela demonstrativa do passo a passo da integração econômica

Tabela 1: Etapas de Integração Econômica segundo Bela Belassa

	Ausência de tarifas ou quotas	Tarifa Externa Comum	Livre circulação de fatores	Harmonização de políticas econômicas	Unificação de políticas e instituições econômicas
Área de Livre Comercio	x				
União Aduaneira	x	x			
Mercado Comum	x	x	x		
União Econômica	x	x	x	x	
Integração econômica total	x	x	x	x	x

Fonte: Nye, 1970, p.860

Fonte: Raio X da Integração, p. 17

De acordo com a tabela podemos observar que no caso do Mercosul, os tratados têm o objetivo de alcançar o nível de mercado comum, como já indica o próprio nome da organização, mas no momento está na fase ainda de União Aduaneira. O processo de integração do Mercosul pode ser dividido em três fases: fase I – 1991 a 1997 – criação do Mercosul; fase II – 1998 a 2002 – crise no processo de integração; fase III – a partir de 2003 – revitalização do Mercosul (CAMPOS, 2007).

Santos (2013, p. 24) detalha que a partir desta primeira etapa positiva, a partir de 1998 vislumbra-se uma fase de retrocesso comercial e paralisia institucional no bloco, em virtude da crise internacional que afetou fortemente os países da América Latina e o Brasil. A seguir, discorre-se sobre este período.

3.2 O PERÍODO ENTRE 1998 A 2002

O período da fase II de 1998 a 2002 foi marcado por crise econômica e comercial, e a estrutura existente continuou funcionando. Em 98 foi criado o Foro de Consulta e Concertação Política, e foi o único órgão criado nessa fase. O órgão foi integrado por funcionários das Chancelarias dos Estados Partes do Mercosul e seu objetivo era adentrar o diálogo entre os membros sobre questões como política externa e agenda política comum, sempre buscando a cooperação entre os Estados e isso era feito por meio da formulação de recomendações ao CMC (CAMPOS, 2007).

Em 1998, a corrente de comércio entre Brasil e Argentina alcançou a marca de US\$ 14,7 bilhões, com a participação da corrente com a Argentina na corrente de comércio total do Brasil no percentual de 13,6% (PEREIRA, 2012, p. 2).

Silva et al. (2017, p. 2) apontam que:

A criação do bloco possibilitou a ambos os países, em seus primeiros anos, uma maior interdependência posto que o aumento nos fluxos comerciais auxiliarem em suas balanças comerciais e no crescimento do Produto Interno Bruto. No ano de 1999, no entanto, a desvalorização do real implicou numa severa crise econômica a Argentina, desde então as boas relações entre os países foram afetadas e as hostilidades transcenderam para o MERCOSUL, através da produção de grandes entraves ao desenvolvimento do bloco.

O início dos anos 2000 marcaram o esforço e fortalecimento do bloco. Uma série de normas, que foram decisões tomadas no âmbito no CMC, foi chamada de “Relançamento do Mercosul”, que incorpora a normativa do Mercosul, melhorias no desempenho de secretarias, aperfeiçoamento do Sistema de Soluções e Controvérsias, tarifa externa comum, entre tantas outras mudanças que consolidaram o fortalecimento do bloco (CAMPOS, 2007).

Em 2002, quando o CMC aprovou uma decisão sobre os símbolos do Mercosul, seu emblema e bandeira, segundo Campos (2007) isso serviu para consolidar a identidade e fortalecer a imagem do processo de integração (p.28).

O Protocolo de Olivos, em 2002, criou o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) que poderia receber recursos de revisão dos laudos do Tribunal Ad Hoc. As controvérsias dos Estados membros poderiam se submeter a outro mecanismo de solução de controvérsia, como na OMC, entretanto o Protocolo proibiu em casa de uma vez iniciado em um foro, o recurso não deveria ser designado a outro mecanismo de solução, seja de qualquer uma das partes para julgar a mesma situação (CAMPOS, 2007).

Na fase III, a partir de 2003, o Mercosul passou novamente por novas mudanças institucionais por conta da ampliação da agenda do processo de integração. Houve a

preocupação em criar órgãos com assuntos mais diversos que os comerciais, incluindo direitos humanos, democracia e questões sociais. Esses acontecimentos coincidiram com a mudança de governos, no Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em janeiro de 2003 e defendia a necessidade de revigorar o Mercosul. Na Argentina e Uruguai os presidentes que tomaram posse, Néstor Kirchner e Tabaré Vázquez tinham como programa de governo combater a pobreza e desemprego e segundo Campos (2007, p.33) os países estavam alinhados com a ideia de relançamento do Mercosul e sua reforma institucional.

Ainda em 2003, em Montevideu, foi criada a Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul (CRPM) segundo Campos (2007, p. 33) tinha como atribuição assistir o conselho do Mercado Comum e a Presidência Pro-Tempore do Mercosul em todas as suas atividades.

O ano de 2004 foi um ano cheio para os membros do bloco, foram criados dentro do âmbito do CMC, a Reunião das Altas Autoridades nas Áreas de Direitos Humanos e Foro consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul. Segundo Campos (2007) a criação desses órgãos “indica uma preocupação com a ampliação do escopo do projeto de integração, com a inclusão mais afetiva de temas como democracia, direitos humanos e questões sociais no âmbito do Mercosul” (p.33).

4. A PARCERIA BRASIL-ARGENTINA NO SÉCULO XXI

A partir do ano de 2000, e durante toda a década correspondente, as relações bilaterais foram marcadas por uma diferença de capacidades em favor do Brasil, cumulada a ambição do país em ser reconhecido enquanto um *global player*, e devido à crise econômica vivenciada pelo Argentina em 2001, a qual acarretou relativa perda de poder (MILANI, 2015).

Neste prisma, o início do século XXI é marcado por um discurso de ambos países reiterado na importância da cooperação regional e parceria bilateral, porém marcado por diferenças de concepções e desentendimentos.

A análise da parceria Brasil-Argentina no século XXI se dará mediante a abordagem da

A seguir, passa-se a abordar acerca da crise econômica enquanto fator para a parceria Brasil-Argentina.

4.1 A CRISE ECONÔMICA DA ARGENTINA DE 2001/2002 E SEUS IMPACTOS

Durante o auge da crise argentina de 2001/2002, verifica-se, na Argentina, um forte desejo de associação com o Brasil (GRANATO, 2012).

Porém, a busca de uma maior parceria, foi acompanhada de dificuldades. Assim Santos (2013) menciona:

Quanto mais os países se viam envolvidos em um esquema de integração regional, maiores se tornaram as dificuldades enfrentadas por eles, devido aos custos de se realizar concessões e harmonizações num quadro de crise econômica internacional. Assim, diante destas percepções e da crise econômica, em março de 2001 o então ministro da economia argentino Domingo Cavallo suspendeu unilateralmente a vigência da TEC para bens de consumo corrente e bens de capital. E os outros países-membros, a fim de não agravar a situação de crise política enfrentada pelo bloco desde a desvalorização do Real ratificaram, em abril do mesmo ano, as referidas “exceções temporárias” acordadas com a Argentina (SANTOS, 2013, p 34).

O quadro econômico gerado pela crise, fez com que houvesse a deterioração do fluxo de comércio bilateral Brasil-Argentina, causando uma queda de 52%, ao comparar o fluxo em 2002 ao de 1998.

Em 2002, Eduardo Duhalde assumiu a Presidência da Argentina, elencando enquanto prioridade a reconstrução da governabilidade. Porém, as primeiras ações colocaram fim à

conversibilidade e ao *establishment*¹ econômico financeiro, causando uma deterioração social de níveis alarmantes, gerando proliferação da miséria e fome no país (CANDEAS, 2005).

A crise gerou a frustração daqueles que acreditam que o país teria ajuda dos países desenvolvidos como Estados Unidos, Espanha e Itália, e fez com que as forças que defendiam a aproximação com o Brasil e o Mercosul fossem favorecidas.

A seguir, aborda-se a parceria a partir de 2003, mediante as eleições dos presidentes Kirchner e Lula.

4.2 A PARCERIA ENTRE OS GOVERNOS KIRCHNER E LULA

A eleição de 2003, com candidaturas polarizadas de Néstor Kirchner e Menem e a vitória centro-esquerda de Kirchner, lançou as bases para o processo de refundação econômica e ética da Argentina (CANDEAS, 2005).

No Brasil, a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, aprofundou a convergência com a Argentina, tanto que, de 2003 a 2010, foram registradas mais de 20 visitas presidenciais e de ministros de relações exteriores entre os países. Neste período,

[...] começa a ser vislumbrado um modelo de integração diferente, com características e articulações próprias: pela primeira vez, o combate à pobreza e os mecanismos de desenvolvimento social passaram a formar parte da agenda bilateral. A área produtiva e desenvolvimentista voltou a ser o centro da agenda integracionista, rompendo com a tendência dos anos noventa, e retomando o modelo de integração pensado no período Sarney-Alfonsín: o setor de infraestrutura afirmou seu peso na agenda do marco da Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), bem como foi decidido intensificar os trabalhos relativos à integração energética, à coordenação macroeconômica no MERCOSUL, à defesa e à segurança internacional e à defesa e plena vigência dos direitos humanos (GRANATO, 2012, p. 83-84).

Mediante o fim do ambiente de crise, os países do MERCOSUL retomam a trajetória de crescimento econômico. Nesta época, internamente, os governos de Lula e Kirchner buscavam, de forma semelhante, a atenuação da dependência financeira, empresarial e tecnológica dos seus países, por meio do reforço do núcleo econômico nacional e da consolidação da vocação industrial dos países.

Enquanto o presidente Kirchner buscava alterar a política econômica desenvolvida nos últimos quatorze anos no país, mediante o abandono do neoliberalismo e buscando

¹ *Establishment* corresponde a ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado.

investimentos públicos visando a erradicação da pobreza. Com o governo Lula convergindo suas ações visando o mesmo objetivo, a aproximação entre os países tornou-se facilitada.

Assim sendo, a partir da eleição dos presidentes Kirchner e Lula, a aliança entre os países passou a ser objeto de constantes debates. Em artigo publicado em 2005, extrai-se:

O que está em jogo, no relacionamento entre o Brasil e a Argentina, não é apenas o fato de que uma estreita cooperação entre os dois países lhes seja extremamente conveniente. O que está em jogo é o fato de que uma sólida, confiável e estável aliança argentino-brasileira se constituiu, nas presentes condições do mundo, um requisito *sine qua non* para a sobrevivência histórica de ambos os países. Nenhum deles dispõem, presentemente, de condições para preservar, isoladamente, sua efetiva soberania e assegurar sua identidade nacional e seu destino histórico. Tal fato constitui uma das inescapáveis consequências do processo de globalização (JAGUARIBE, 2005, p. 45).

No período compreendido entre 2003 e 2004, a maioria dos temas de agenda interna progrediu. Em 2003, em visita de Estado à Argentina, o presidente Lula assina com o presidente Kirchner o Consenso de Buenos Aires, pelo qual reafirmaram enquanto objetivos comuns a garantia de direitos e liberdades para todos os cidadãos, a consolidação da democracia política, o aprofundamento das políticas públicas, e a prioridade da educação. Este documento se posiciona enquanto uma crítica da desigualdade imposta pela globalização, e na afirmação estratégica do papel do Mercosul (CANDEAS, 2005).

Apesar da assinatura do Consenso, a perspectivas estratégicas desiguais voltaram a ser pauta durante uma entrevista simultânea concedida por ambos presidentes. Enquanto o presidente Lula afirmou a necessidade de que Argentina e Brasil se relacionassem com os Estados Unidos e a Europa, porém priorizando a relação entre eles, que ainda precisava evoluir, devendo ser a integração da América do Sul a prioridade na política externa. Na contramão, em resposta à mesma pergunta, Kirchner ressaltou a necessidade de o MERCOSUL construir uma convergência forte na América Latina, a qual somada às relações com o México, permitiria a criação de um bloco com maior voz (RUSSEL, TOKATLIAN, 2004).

Ainda em 2003, na reunião de cúpula do MERCOSUL, realizada no mês de junho em Assunção, foi aprovado o “Programa para a Consolidação da União Aduaneira e o Lançamento do Mercado Comum – Agenda 2006”, o qual marca o começo do aprofundamento do processo de integração entre Brasil e Argentina, visando não somente objetivos comerciais, mas também nuances políticas, sociais e culturais (GRANATO, 2012).

Em 2004, Brasil e Argentina assinam a Ata de Copacabana, pela qual ambos os presidentes se comprometem em aprofundar a associação estratégica entre os países, definir

uma posição convergente sobre os grandes temas, aprofundar o MERCOSUL, aproveitando as presidências Pro Tempore de ambos os países, bem como construir a Comunidade Sul-Americana de Nações, dentre outras questões (BRASIL, 2004).

Importante ressaltar que:

[...] é inegável que desde o Consenso de Buenos Aires, em 16/10/2003, até a Ata de Copacabana, em 16/3/2004, os dois governos deram passos alentadores. No terreno financeiro, Kirchner e Lula decidiram coordenar mais e melhor os parâmetros que irão nortear as relações dos dois países com o FMI. Não se trata da criação de um “clube de devedores”, mas da concretização de um “guarda-chuva conceitual” comum para as respectivas negociações com o FMI. No campo das negociações governamentais, Brasília e Buenos Aires fortaleceram seu compromisso de atuar em conjunto, tanto no âmbito da Rodada de Doha como com a União Europeia e no espaço hemisférico. No contexto diplomático multilateral, os dois governos reafirmaram o voto de abstenção no tratamento da questão dos direitos humanos em Cuba no seio da CDH das Nações Unidas (RUSSEL, TOKATLIAN, 2004, p. 136).

No mesmo ano, é assinada a Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade, na qual se propõe que Brasil e Argentina adotem parâmetros comuns para seus investimentos em infraestrutura (BRASIL, 2004).

Nesta época, ambos países decidiram levar conjuntamente ao FMI a proposta de que os investimentos em infraestrutura não sejam considerados como gastos públicos pelo fundo e pelos demais credores. Na mesma proposta, buscam tratamento fiscal incorporado para quaisquer investimentos associados a empréstimos obtidos junto a organismos de fomento internacional, como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (BRASIL, 2004).

Apesar do período de união, a relação teve dificuldades de convívio, o que é esperado quando países de diferentes dimensões e interesses tentam propor parcerias. Uma das dificuldades se deu mediante o desacordo devido a intenção do governo brasileiro por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o que não foi apoiado pela Argentina. O governo argentino divergia na opinião sobre a forma com que o Brasil quis se projetar como o representante da América Latina na ONU (GRANATO, 2012).

Ainda, outro ponto de discordância se deu em virtude da entrada da Venezuela no MERCOSUL, impulsionada durante o governo Kirchner, devido ao papel que a Venezuela teve na compra de títulos da dívida pública argentina, especialmente durante a crise econômica e baixa confiança dos mercados internacionais do início dos anos 2000, e no fornecimento de petróleo para a energia. O governo brasileiro se posicionava de forma crítica no que diz respeito

à aproximação entre Venezuela e Argentina, enquanto a Argentina não se posicionava de acordo com a forte projeção de liderança brasileira (GRANATO, 2012).

Também no ano de 2004, tem-se a assinatura da Declaração de Cuzco, a qual originou a Comunidade Sul-Americana de Nações, considerada como a antecessora imediata de maior importância para a constituição da atual União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) (GRANATO, 2012).

Em 2007, cria-se o projeto do Banco do Sul, o qual viria a se tornar uma instituição jurídica internacional em 2011.

Já no ano de 2008, se dá a constituição da Unasul, em 2008, em substituição à Comunidade Sul-Americana de Nações (CSN). A UNASUL é o resultado da estratégia de contenção da influência dos Estados Unidos na região, sendo vista enquanto uma grande inovação regional, objetivando a retomada das relações exteriores e da política de desenvolvimento. Destarte, até aquele momento, a América do Sul ainda não contava com uma organização que abrangesse os doze Estados da região e que fosse um fórum privilegiado para discussão e mediação dos problemas regionais (CARVALHO, SENHORAS, 2020).

Dentre os objetivos da Unasul, tem-se a promoção do desenvolvimento e de uma identidade política e mais diretamente preocupada com o estado da democracia na região, vinculando esforços na formulação de políticas baseadas em direitos relacionados às necessidades dos cidadãos mais vulneráveis da América do Sul (CARVALHO, SENHORAS, 2020).

Entre o ano de 2008 a 2011, o Brasil é elencado enquanto o maior investidor estrangeiro na Argentina, com fluxo anual de US\$ 1 bilhão. Porém, a partir de 2012, os investimentos caíram, sendo que entre 2012 a 2015 estiveram na casa de US\$ 300 milhões por ano, representando uma queda de 70%.

Silva et al. (2017, p. 9) destacam que que no período de 2007-2011 a economia brasileira mostrou uma moderada expansão, após ritmos de crescimento distintos da oferta e da demanda agregadas, ações de política implementadas desde o final de 2010 e com o cenário de deterioração do ambiente econômico internacional. Por sua vez, o MERCOSUL teve participação ativa e sólida nos projetos econômicos, contribuindo para um maior destaque do Brasil no cenário político internacional, mediante a relação Brasil-Argentina na economia de ambos os países.

4.3 A PARCERIA A PARTIR DE 2015

Nas relações comerciais, as exportações do Brasil para a Argentina, em 2015, foram de US\$ 12,8 bilhões, o pior resultado da última década. A fim de interromper o ciclo de desaquecimento na relação comercial, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a União Industrial da Argentina (UIA) assinaram em 2016 a criação do Conselho Empresarial Brasil-Argentina (COMEX, 2016).

Em 2017, inicia-se uma crise na Unasul, a qual se prolonga em 2018 com a suspensão voluntária de seis membros da união, dentre eles a Argentina e o Brasil. O rompimento se dá devido a pressão para a organização nomear um secretário-geral, e o veto do Equador, Venezuela e Suriname para o nome do argentino José Octávio Bordón. Acerca deste momento, menciona-se:

A desintegração institucional da Unasul representa um *momentum* no qual o pêndulo histórico da política muda novamente, com a reemergência da direita neoliberal diante de uma crise da nova esquerda e dos movimentos contra hegemônicos, demonstrando que as mudanças ideológicas do status quo político importam, pois, assim como foram funcionais para a evolução construtiva da Unasul em 2008, também o foram para a sua desconstrução em 2018 (CARVALHO, SENHORAS, 2020, p. 74).

Nos últimos anos, os países passam por um período de deterioração econômica e da comoditização da pauta de exportação. Para reverter o quadro, o setor industrial propõe que sejam elaboradas e implementadas metas macroeconômicas realistas para estabilizar economicamente a região. Dentre os desafios vivenciados por Brasil e Argentina, menciona-se as barreiras não tarifárias e a demora para internalizar compromissos. Como exemplo desta demora, menciona-se o acordo para liberalização de compras governamentais do Mercosul, o qual foi celebrado em 2017, mas segue no Congresso até o momento (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2021).

Na atualidade, o bloco é o que mais proporciona resultados econômicos e sociais para o Brasil. Em números, entre 2011 e 2020, o saldo comercial do país com o Mercosul foi de US\$ 54,9 bilhões, com a pauta mais diversificada entre todos os grandes destinos de exportações. O saldo fica atrás apenas da China (US\$ 158,3 bilhões), mas a pauta exportadora com o país asiático é concentrada em poucos produtos (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2021).

Com relação aos setores, a figura abaixo representa aqueles que são atualmente movimentados pelo bloco.

Figura 6: Representatividade do Mercosul para empregos e produção



Fonte: PORTAL DA INDÚSTRIA, 2021.

Destarte, o comércio do bloco resulta na maior massa salarial por R\$ bilhão exportado, representando R\$ 670 milhões ante R\$ 450 milhões no caso da China, sendo que produz o maior impacto em cadeia no Brasil por R\$ bilhão exportado: R\$ 4,12 bilhões. Em relação a empregos, é o segundo destino em que as exportações brasileiras geram mais empregos, perdendo apenas para os Estados Unidos (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2021).

Ocorre que, a partir de 2016, o governo de Mauricio Macri na Argentina e o impeachment de Dilma Rousseff fortaleceram os movimentos contrários à integração, particularmente no Brasil. Esta tendência se intensificou com a administração de Jair Bolsonaro a partir de 2019 (MARIANO, JÚNIOR E VIGEVANI, 2021).

Nas tabelas abaixo, os autores relacionam os dez principais países das exportações e importações do Brasil, comparando os anos de 2000, 2010, 2019, em valores absolutos e participação relativa em percentuais.

Figura 7 – Dez principais destinos das exportações do Brasil em 2000, 2010 e 2019

	Países	2000 (USD)	%		Países	2010 (USD)	%		Países	2019 (USD)	%
1	Estados Unidos	13,160,699,765	23.92	1	China	30,747,553,704	15.24	1	China	63,357,520,588	28.11
2	Argentina	6,229,543,769	11.32	2	Estados Unidos	19,300,906,943	9.56	2	Estados Unidos	29,715,863,527	13.18
3	Países Baixos	2,794,779,576	5.08	3	Argentina	18,507,273,060	9.17	3	Países Baixos	10,125,900,763	4.49
4	Alemanha	2,524,701,057	4.59	4	Países Baixos	10,225,857,321	5.07	4	Argentina	9,791,474,547	4.34
5	Japão	2,471,254,287	4.49	5	Alemanha	8,134,386,646	4.03	5	Japão	5,431,769,382	2.41
6	Itália	2,142,988,525	3.90	6	Japão	7,140,402,276	3.54	6	Chile	5,162,879,630	2.29
7	Bélgica	1,778,417,889	3.23	7	Reino Unido	4,625,093,694	2.29	7	México	4,898,455,548	2.17
8	França	1,729,729,489	3.14	8	Chile	4,256,776,051	2.11	8	Alemanha	4,731,497,703	2.10
9	México	1,709,783,257	3.11	9	Itália	4,232,361,792	2.10	9	Espanha	4,042,567,106	1.79
10	Reino Unido	1,496,503,491	2.72	10	Rússia	4,147,690,633	2.06	10	Coreia do Sul	3,449,684,302	1.53

USD: dólar americano.

Fonte: MARIANO, JÚNIOR, VIGEVANI, 2021, p. 41.

Figura 8 – Dez principais origens das importações do Brasil em 2000, 2010 e 2019

	Países	2000 (USD)	%		Países	2010 (USD)	%		Países	2019 (USD)	%
1	Estados Unidos	12,906,099,243	23.09	1	Estados Unidos	27,038,687,487	15.24	1	China	35,270,816,762	29.89
2	Argentina	6,849,829,801	12.26	2	China	25,591,460,070	9.56	2	Estados Unidos	30,090,157,711	16.97
3	Alemanha	4,445,211,380	7.95	3	Argentina	14,433,416,651	9.17	3	Argentina	10,552,232,182	5.95
4	Japão	2,970,860,904	5.32	4	Alemanha	12,553,495,025	5.07	4	Alemanha	10,280,263,597	5.80
5	Itália	2,171,362,283	3.88	5	Coreia do Sul	8,425,993,375	4.03	5	Coreia do Sul	4,705,681,345	2.65
6	França	1,858,380,051	3.33	6	Japão	6,979,711,623	3.54	6	Índia	4,257,612,842	2.40
7	Argélia	1,508,469,854	2.70	7	Nigéria	5,925,152,202	2.29	7	México	4,196,694,599	2.37
8	Coreia do Sul	1,439,468,186	2.58	8	Itália	4,837,793,744	2.11	8	Japão	4,094,098,846	2.31
9	Venezuela	1,327,901,894	2.38	9	França	4,800,675,893	2.10	9	Itália	4,041,399,190	2.28
10	Reino Unido	1,223,307,927	2.19	10	Índia	4,243,145,061	2.06	10	Rússia	3,680,499,839	2.08

USD: dólar americano.

Fonte: MARIANO, JÚNIOR, VIGEVANI, 2021, p. 42

Mediante a análise dos números de importações e exportações, em consonância com o exposto até o momento, tem-se que a partir das mudanças nos governos da Argentina e do Brasil, e somadas ao início da administração de Donald Trump nos Estados Unidos da América, verifica-se uma busca na reinserção dos países considerados dissidentes do sistema lidera pelos EUA. A partir disto, houve o enfraquecimento dos órgãos regionais existentes, como a Unasul, e o enfraquecimento da parceria existente entre Brasil e Argentina (MARIANO, JÚNIOR, VIGEVANI, 2021).

5. CONCLUSÃO

A formação do Mercosul, no ano de 1991 entre os países da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, representa um marco histórico em direção a integração regional.

Após sua criação, houve uma rápida expansão em sua importância, devido a contribuição positiva para o crescimento do fluxo comercial de seus membros.

Ocorre que, apesar disto, limitações e disparidades tornaram a trajetória do MERCOSUL, assim como de seus países membros, uma sucessão de avanços e recuos.

Mediante a análise acerca de qual forma os desentendimentos entre os dois países impactaram no processo de integração regional, verifica-se que, tanto as mudanças nos governos dos países, quanto as crises econômicas internas e externas, foram fatores determinantes para o processo.

Por meio de uma abordagem histórica, verificou-se que a rivalidade entre o Brasil e a Argentina já esteve mais latente, porém a proximidade e os laços também já foram mais fortes. A política interna, e as diretrizes de cada governo, demonstram-se decisivas para a integração dos países em cada período histórico.

A elaboração do Mercosul percorreu um longo caminho, sendo que a ideia de cooperação começa a ser expressa em 1979, por meio do Acordo Tripartite. Após 30 anos da criação do Mercosul, dificuldades de integração derivadas de mudanças profundas no sistema internacional e no comércio exterior do país, as quais se referem à estrutura econômica, aos fluxos de comércio, de investimentos, de tecnologia e ao poder político, militar e cultural, tornam-se uma barreira para o fortalecimento da integração.

No que diz respeito ao Brasil e Argentina, principalmente a partir dos anos 2000, verifica-se que os interesses e as concepções de autonomia e universalismo, a busca pelo fim do unilateralismo e o fortalecimento do multilateralismo tornaram crescentes as dificuldades para a integração.

Neste diapasão, conclui-se que a integração entre os países tem se demonstrado benéfica para ambos, porém não deve se confundir com a volta de práticas protecionistas, como verificasse ter ocorrido ao longo da história. Assim sendo, a relação Brasil e Argentina deve ser tida enquanto um dos temas prioritários na agenda diplomática e econômica do Brasil, independentemente do governo atual.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Há 30 anos, criação do Mercosul pôs fim às tensões históricas entre Brasil e Argentina.** 2021. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-30-anos-criacao-do-mercosul-pos-fim-as-tensoes-historicas-entre-brasil-e-argentina>. Acesso em: 12 out. 2021.

BAUMANN, Renato; BEVILAQUA, Afonso S.; PAULA, Àureo de; GUIMARÃES, Edson P.; LIMA, Gilberto Tadeu; HERMANN, Jennifer; ARAUJO JUNIOR, José Tavares de; PEREIRA, Lia Valls; GARCIA, Márcio G. P.; CASTILHO, Marta. **Mercosul - Avanços e desafios de Integração.** Brasília: Ipea, 2001. 476 p. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/1549>. Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Reunião de Estudos: Brasil-Argentina: uma relação estratégica.** Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, 2006.

_____. **Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade.** 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2004/r160304>. Acesso em: 10 out. 2021.

CAIXETA, Marina Bolfarine. Os marcos da cooperação Sul-Sul no Brasil e na Argentina em perspectiva comparada: as políticas externas e de cooperação internacional para o desenvolvimento. **Cuadernos de Política Exterior Argentina** (Nueva Época), 130, diciembre 2019, pp. 37-62.

CAMPOS, Carlos de Almeida. **Raio x da integração regional.** Rio de Janeiro: Observatório Político Sul- Americano Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro IUPERJ/ Ucam, 2007. 59 p. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/40747404/6->

[_Raio_x_da_integracao_regional-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1623692353&Signature=AThEqOPU0wvcv6tXKuOciqNJacT6eJn2NLWQoA6o8z5A7BDv3CKG9xLzDpDmQ-bOx1bwW-bcqvtgpBZYNotuwpcNuLs~1bqyq5OPS6k3VeFmVWUP~nOwB8uMMTjrK24IIKCa-qRwAkvkDoi6gwKD6~TIwqOEM-ttjA0ceMxcQ6L9sph~plnHtc1hlhksr82QQLfYBCI5vQoPR5FjegAyyi0VvYWYcJ1NaGyUXIuCop1rRxtzvS7gR2PrJcYi5e-PVAMX5j-OTvIcMvQRQkcPnpiw7MtNqkxSKLhwlexTohC145ZjNXYce5ETUJ8QQWiIrMcVPaCBh-egLnPvfJSTA &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/40747404/6-Raio_x_da_integracao_regional-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1623692353&Signature=AThEqOPU0wvcv6tXKuOciqNJacT6eJn2NLWQoA6o8z5A7BDv3CKG9xLzDpDmQ-bOx1bwW-bcqvtgpBZYNotuwpcNuLs~1bqyq5OPS6k3VeFmVWUP~nOwB8uMMTjrK24IIKCa-qRwAkvkDoi6gwKD6~TIwqOEM-ttjA0ceMxcQ6L9sph~plnHtc1hlhksr82QQLfYBCI5vQoPR5FjegAyyi0VvYWYcJ1NaGyUXIuCop1rRxtzvS7gR2PrJcYi5e-PVAMX5j-OTvIcMvQRQkcPnpiw7MtNqkxSKLhwlexTohC145ZjNXYce5ETUJ8QQWiIrMcVPaCBh-egLnPvfJSTA &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA) . Acesso em: 15 maio 2021.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 178-213, jun. 2005.

CANDEAS, Alessandro Warley. **A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”.** 2010. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 324 p.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira (org.). **Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: a geopolítica do prata e a construção da tríplice fronteira Brasil-Argentina Paraguai**. Porto Alegre: Editora Letra1, 214. 12 p. Disponível em: <https://www.editoraleta1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p59-70.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1983.

COMEX. **Brasil e Argentina criam Conselho Empresarial para tratar de comércio bilateral e investimentos**. 2016. Disponível em: <https://www.comexdobrasil.com/brasil-e-argentina-criam-conselho-empresarial-para-tratar-de-comercio-bilateral-e-investimentos/>. Acesso em: 12 out. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002. 176 p.

GRANATO, Leonardo. As Relações Bilaterais Argentino-brasileiras no Quadro da Integração Regional: de um Quadro de Rivalidade ao Despertar de uma Efetiva Cooperação. **Revista Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v.1, n.2, ago. Dez/2012.

HEINSFELD, A. Rio Branco e as relações do Brasil e Chile no âmbito da proposta do Pacto ABC (1915). **Revista História: Debates e Tendências**, v. 12, n. 1, p. 11-21, 19 set. 2012.

JAGUARIBE, Hélio. **Aliança argentino-brasileira**. Diplomacia, Estratégia e Política. Brasília, 02, 2005.

LAFER, Celso. Relações Brasil-Argentina: Alcance e Significado de uma Parceria Estratégica. **Contexto Internacional; Rio de Janeiro**, v. 19, ed. 2, jul/dez. 1997, p. 249-265.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI, Haroldo; VIGEVANI, Tullo .O Brasil e o Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]**. 2021, n. 112, pp. 15-54. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-015054/112>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

PAMPLONA, João; FONSECA, Juliana. **Avanços e Recuos do MERCOSUL: um balanço recente de seus objetivos e resultados**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

PINHEIRO, Letícia. **O Brasil no Mundo**. In: SCHWARCZ, Lilia M. História do Brasil Nação: 1808-2010 - vol. 4 - **Olhando para Dentro**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **30 anos de Mercosul: bloco trouxe benefícios econômicos, mas precisa avançar mais**. 2021. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/internacional/em-30-anos-mercosul-trouxe-muitos-beneficios-economicos-mas-precisa-avancar-mais-defende-a-cni/>. Acesso em: 12 out. 2021.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. A Crise na Argentina e as relações com o Brasil e os Estados Unidos: continuidade e mudança nas relações triangulares. **Contexto**

Internacional [online], 2004, v. 26, n. 1, pp. 107-148. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-85292004000100003>>. Acesso em: 13 out. 2021.
ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de Pesquisa**. 2. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. 134 p.

SALOMÃO, Victória Antônia; FERNANDES, Fernanda de Moura. **Estado da Arte do Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile): O Centenário Como Momento Oportuno para Avaliar seu Significado na Literatura Sobre Política Externa Brasileira**. 2015. 17 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Ufrgs | Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/artigo-estado-da-arte-do-pacto-abc-formatacao-para-anais-pdf.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2021.

SANTOS, Lucas Guimarães Alves. **Brasil e Argentina sob o Mercosul: uma análise do comércio bilateral**. 2013. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/464/4/LGASantos.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2021.

SARAIVAI, Miriam Gomes; TEDESCO, Laura. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 44, n. 2, p. 126-150, jul. 2001. Semestral.

SILVA, Alyne Rayanna de Sousa Salvador da, et al. **Brasil E Argentina: uma análise do comércio bilateral e a integração no MERCOSUL**. 2017. Disponível em: http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1505961152_ARQUIVO_BRA_SILEARGENTINA-umaanalisedocomercibilateraleaintegracaonoMERCOSUL.pdf.v Acesso em: 11 nov. 2021.

SILVA, Karina de Souza; COSTA, Rogério Santos da. **Organizações Internacionais de Integração Regional: União Europeia, Mercosul e UNASUL**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. A cooperação argentino-brasileira: significado e perspectivas. **Lua Nova Revista de Cultura e Política - RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O BRASIL**. São Paulo: Cedec, v. 18, n. 1, 1989.

TRATADO de Assunção. 26 de março de 1991. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/msweb/principal/contenido.asp>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

VISENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. O BRASIL E A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 21, n. 32, p. 18, 20 out. 2015. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7976.2014v21n32p18>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n32p18>. Acesso em: 15 maio 2021.